



Representações do ensino da cultura afro-brasileira em alguns livros didáticos de história.

Luiz Paulo da Silva Soares^{*}
Carla Rosi Lima^{**}
Carmem G. Burgert Schiavon^{***}

Resumo: O presente artigo integra as atividades do Projeto “Mapeamento, análise e universalização de políticas afirmativas voltadas à inserção curricular da História e da Cultura Afro-brasileira no Município do Rio Grande”, financiado pelo Programa de Extensão Universitária (ProExt) do Ministério da Educação e visa apresentar uma análise do livro didático de História do Ensino Fundamental, no que concerne à fundamentação teórica da História e da Cultura Afro-brasileira e Africana no currículo escolar riograndino. Para tanto, parte-se da fundamentação da Lei 10.639/03 e, também, da LDB como ponto de partida. Assim, esta pesquisa fundamenta-se na análise da coleção de livros didáticos do Projeto Araribá, correspondente ao PNLD 2011/13, investigando como os autores abordam o assunto, de forma a identificar a forma como a Lei está sendo desenvolvida/aplicada nos livros citados. Busca-se, ainda, a análise acerca dos problemas da exclusão da história da cultura afro-brasileira e da África nos mesmos.

Palavras-chave: Livro Didático, História, Cultura Afro.

Abstract: This article is part of the activities of the project "Mapping, analysis and universal affirmative policies aimed at inclusion curriculum of history and Afro-Brazilian Culture in Rio Grande, funded by the University Extension (PROEXT) of the Ministry of Education and aims present an analysis of the textbook History of Elementary Education, regarding the theoretical foundation of history and Afro-Brazilian and African curriculum in RioGrandino. To do so, we start from the foundation of the Law 10.639/03 and also the LDB as a starting point. Thus, this research is based on the analysis of the collection of textbooks Project Araribá corresponding to PNLD 2011/13, investigating how the authors address the issue, in

* Acadêmico do curso de História Licenciatura da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Contato: luizsoaresrg@gmail.com

** Acadêmica do curso de História Licenciatura da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Contato: carlarosilima@gmail.com.

*** Doutora em História. Professora Adjunta do Curso de História da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Contato: cgbgschiavon@yahoo.com.br



order to identify how the law is being developed / applied in these books . Search is also the analysis of the problems of exclusion in the history of african-Brazilian culture and Africa cited in textbooks.

Key-Words: Textbook, History, Culture African.

[...] Sonho com o dia em que todos se levantarão e compreenderão que foram feitos para viverem como irmãos. [...]

Nelson Mandela

Considerações Iniciais

O presente trabalho de pesquisa integra o projeto “Mapeamento, análise e universalização de políticas afirmativas voltadas à inserção curricular da História e da Cultura Afro-brasileira no Município do Rio Grande” e visa compreender a forma como a história e a cultura afro-brasileira vêm sendo abordadas nos livros didáticos de História do Ensino Fundamental. Para tanto, almeja-se um estudo acerca da implementação da lei federal 10.639/03, sancionada em 09 de Janeiro de 2003, a qual tornou obrigatório o estudo da História e da Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares de todo o país.

Nesta direção, os livros didáticos de História analisados referem-se a materiais disponibilizados gratuitamente pelo Ministério da Educação (MEC), por meio do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), para serem utilizados pelos professores e alunos das escolas municipais da cidade do Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul. Os mesmos fazem parte do PNLD 2011/13, todavia, ambas as obras fazem parte da mesma coleção, ou seja, o Projeto Araribá, e esta escolha ocorreu em virtude da mesma ser a mais vendida no País.

Os livros didáticos de História – e neste ponto, não somente estes – possuem um papel fundamental no processo de ensino-aprendizagem, tendo em vista que os mesmos apresentam um caráter facilitador, que proporciona a compreensão dos conteúdos históricos de forma ampla propiciando aos discentes o primeiro contato com o conteúdo. Desse modo, a linguagem escrita é apenas uma das formas existentes para auxiliar nos processos de estudo; por outro lado, as iconografias, além de ilustrarem os livros didáticos, propiciam um entendimento de forma visual, possibilitando a análise das imagens através do olhar.



Para realizar o desenvolvimento deste trabalho, utiliza-se como fonte primordial o livro didático de História, por se compreender que este ainda é uma ferramenta pedagógica essencial, tanto como subsídio do docente na tarefa do trabalho com a História, quanto no auxílio aos discentes em seus estudos. Para tanto, a análise de conteúdo foi utilizada como metodologia de trabalho, de modo a se analisar a forma como a história da África, assim como a cultura afro-brasileira estão sendo trabalhadas nos livros didáticos. Com base nestas considerações, o trabalho aqui exposto está alicerçado sob as perspectivas teóricas da Nova História Cultural. Neste âmbito, Lynn Hunt (1995, p.29) informa que “a ênfase na História Cultural incide sobre o exame minucioso – de textos, imagens e ações – e sobre a abertura de espírito diante daquilo que será revelado por esses exames”. Com base nestes preceitos, busca-se aqui uma nova forma de interpretação dos conteúdos históricos, através do livro didático. Além disso, utiliza-se o conceito de representação proposto por Roger Chartier.

Segundo Chartier, (1990, p. 26), a representação é uma forma de "construir uma história social das interpretações, remetidas para suas determinações fundamentais". Em outras palavras, busca-se explorar as questões intimamente ligadas à representação, ou seja, procura-se encontrar o sentido ideológico da História, tendo em vista que a representação expressa nos livros didáticos através dos conteúdos está carregada de ideologias que remetem aos interesses de quem os promove.

A temática da história da África e da cultura afro-brasileira são conteúdos essenciais à formação de um indivíduo, pois estes fazem parte da história do Brasil. Por conseguinte, os docentes da rede básica de ensino devem aprofundar-se o ano inteiro trabalhando as questões afro-brasileiras no cotidiano escolar. Em outras palavras, o desenvolvimento desta temática em sala de aula é uma iniciativa que propicia aos alunos uma oportunidade de conhecimento acerca do processo de construção do país, reconhecendo as suas raízes culturais, bem como compreendendo que a história da África e da cultura afro-brasileira estão arraigadas à história do Brasil.

Para o trabalho com a história e a cultura afro-brasileira, os professores devem buscar uma constante formação de modo a associar a cultura afro ao conteúdo que está sendo trabalhado na escola e vivenciado pelos alunos. Desta forma, optou-se apenas, por trazer uma pequena síntese do que foi analisado nos livros didáticos, de modo a situar o leitor em relação aos resultados que foram obtidos com o desenvolvimento do trabalho, já que não foi realizado um mapeamento de todos os livros utilizados pelos professores das escolas rio-grandinas.



Os livros didáticos e a história e a cultura afro-brasileira

Para começo de discussão acerca deste tópico, antes de tudo, torna-se importante ressaltar o papel exercido pelos livros didáticos na sociedade, haja vista que o mesmo tem o poder de ampliar, socializar e agilizar a comunicação de forma maciça, auxiliando docentes e discentes no processo de ensino/aprendizagem dentro do ambiente escolar, afinal esses livros acabam por constituírem-se como uma fonte intermediária entre o saber científico e saber escolar, momento em que o professor deve ter a capacidade de transformar este conhecimento em algo mais palpável aos educandos. Em outras palavras, o docente tem que analisar o livro didático e abordar os conteúdos de modo a aguçar a criticidade do aluno. Nesta direção, Choppin disserta que:

a concepção de um livro didático inscreve-se em um ambiente pedagógico específico e em um contexto regulador que, juntamente com o desenvolvimento dos sistemas nacionais ou regionais, é, na maioria das vezes característico das produções escolares (...). (CHOPPIN, 2004, p. 554).

O excerto acima evidencia, claramente, que os livros didáticos constituem-se como instrumentos de ensino capazes de regular o que é trabalhado em sala de aula. Além disso, eles exercem uma grande influência no âmbito escolar, tendo em vista que, muitas vezes, o livro didático acaba se tornando o único material disponível e utilizado pelo professor. Diante disso, o docente deve ter a consciência de que

quando o aluno percebe que pode estudar nas aulas, discutir e encontrar pistas e encaminhamentos para questões de sua vida e das pessoas que constituem seu grupo vivencial, quando seu dia-a-dia de estudos é invadido e atravessado pela vida, quando ele pode sair da sala de aula com as mãos cheias de dados, com contribuições significativas para os problemas que são vividos “lá fora”, este espaço se torna espaço de vida, a sala de aula assume um interesse peculiar para ele e para seu grupo de referência. (MASETTO, 1997, p. 35).

Em consonância com a abordagem de Masseto fica claro que o ambiente escolar proporciona aos educandos o contato com as diversas áreas do saber. Além, é claro, do conhecimento acerca da história dos africanos e negros no Brasil, oferecendo subsídios para o aluno construir ao longo de sua trajetória escolar seu próprio ponto de vista relacionado ao assunto, fortalecendo a criação de um espaço político-social consciente da importância do estudo da África e da cultura afro-brasileira na sociedade. De acordo com Ana Célia,

A desconstrução da ideologia que desumaniza e desqualifica pode contribuir para o processo de reconstrução da identidade étnico/ racial e auto-estima



dos afrodescendentes, passo fundamental para a aquisição dos direitos de cidadania. (SILVA, 2005, p. 33 apud MUNANGA)

Segundo Silva (1995, p. 47), normalmente, são melhores representados nos livros didáticos pessoas brancas em detrimento das negras, conferindo um papel de maior importância àquelas do que aos negros. Devido a este procedimento, os livros didáticos acabaram ganhando um papel de reprodução de determinadas ideologias, de modo a reproduzir o preconceito e a exclusão social dos negros.

Cuti também corrobora este pensamento ao afirmar que “o silenciamento da identidade negra perpassou os séculos e atingiu o século XXI de várias formas; uma delas é apresentar negros como detalhes de uma suposta generalidade branca” (CUTI, 2010, p. 37). Desse modo, o autor enfatiza que o negro acaba por ser visto como um elemento desnecessário à história do país.

Por outro lado, a historiografia tradicional brasileira apresenta a figura dos afro-brasileiros simplesmente como escravos, sem liberdade. As fronteiras entre a ficção e a história nacional aparecem muito tênues e o que se ressalta guarda relação com uma abordagem das interpretações relativas ao escravismo, onde a característica essencial se estabelece pela negação dos negros como sujeitos pertencentes à sociedade, reduzindo-os à condição dos escravos. Diante disso, Correa afirma que:

O negro foi freqüentemente associado na historiografia brasileira à condição social do escravo. A menção ao primeiro remete-se quase automaticamente à imagem do segundo. Negro e escravo foram vocábulos que assumiram conotações intercambiáveis, pois o primeiro equivalia a indivíduos sem autonomia e liberdade e o segundo correspondia – especialmente a partir do século XVIII – a indivíduo de cor. Para a historiografia tradicional, este binômio (negro-escravo) significa um ser economicamente ativo, mas submetido ao sistema escravista, no qual as possibilidades de tornar-se sujeito histórico, tanto no sentido coletivo como particular do termo, foram quase nulas (CORREA, 2000, p. 87).

No que se refere ao ensino da história e da cultura afro-brasileira, em linhas gerais, este se limita à comemoração do “Dia da Consciência Negra”, momento em que, muitas vezes ocorre a realização de um trabalho simplório, somente para não se deixar passar em branco a data. Por estas características, o trabalho caracteriza-se como um ensino antiquado e sem criticidade alguma, uma herança tradicional do positivismo, a qual faz com que os educandos desconheçam ou banalizem a história dos negros no Brasil. Além disso, o professor de



História é levado a relacionar as diversidades étnico-culturais existentes no Brasil de modo harmônico, conforme destaca Nadai,

(...) Procurou-se garantir, de maneira hegemônica, a criação de uma identidade comum, na qual os grupos étnicos formadores da nacionalidade brasileira apresentavam-se, de maneira harmônica e não conflituosa como contribuidores, com igual intensidade e nas mesmas proporções naquela ação. Portanto, o negro africano, e as populações indígenas, compreendidas não em suas especificidades etno-culturais eram os cooperadores da obra colonizadora/civilizatória conduzida pelo branco português/europeu e cristão. Em decorrência, institui-se uma tradição muito forte que privilegiou, nos estudos históricos, a constituição de uma nação organicamente harmoniosa das diversas classes sociais, pela conciliação e pela organização de um “bem comum”, processo portanto que privilegia o passado vivido e recuperando sem conflito, divergências ou contradições (NADAI, 1997 p. 24 e 25).

Não obstante, o educador precisa trabalhar com os seus educandos conceitos de aculturações que o país sofreu durante longos tempos, advindos das inúmeras contribuições de povos desde a colonização até o período das imigrações, lembrando que o Brasil se constituiu a partir de vários aspectos étnico-culturais diversificados, os quais são, muitas vezes, completamente ignorados.

Nos últimos anos, as novas formas de trabalho com o conhecimento impostas pelas tecnologias de informação, bem como a necessidade de formação de um novo “tipo” de cidadão, passaram a exigir uma nova dinâmica das políticas educacionais, uma atitude adversa ao currículo escolar, ou seja, o currículo precisa ser adaptativo às novas regras; nesse caso, a lei referida anteriormente.

Nesse novo enfoque, o currículo deixa de ser visto como mera estrutura técnica e organizativa, como grade que dispõe as disciplinas com as respectivas cargas horárias no espaço-tempo do ano letivo, para ser definido como uma organização dinâmica e flexível que configura o projeto político-pedagógico das instituições de ensino (SANTIAGO, 2004, p.153).

Na afirmativa de Santiago, nota-se claramente que o ensino de história e da cultura afro-brasileira não está restrito, apenas, aos conteúdos específicos do currículo da disciplina de História, afinal, o mesmo pode ser abarcado em qualquer disciplina, e o professor deve trabalhar este e outros conteúdos de forma interdisciplinar, com outras ciências, propiciando aos educandos o estudo acerca da história e da cultura afro-brasileira em disciplinas e com enfoques distintos.



A história e a cultura afro-brasileira no Projeto Araribá

A coleção que constitui objeto de análise neste trabalho pertence ao Projeto Araribá, do PNLD de 2011/13. A problemática que instiga encontra-se centrada na percepção da forma como os autores da respectiva coleção abordam a temática da história e da cultura afro-brasileira nos livros didáticos do 6º ano ao 9º ano do Ensino Fundamental.

Neste sentido, no exemplar analisado do sexto ano (antiga quinta série), os autores configuraram os conteúdos por unidades, sendo que a primeira abarca as origens do ser humano; a segunda o povoamento da América; a terceira e a quarta, por sua vez, abrangem as civilizações fluviais da História Oriental, que englobam os primórdios da civilização com os povos da Mesopotâmia, Egito, China e Índia; a quinta unidade trata dos fenícios e hebreus; já, a sexta e a sétima unidade referem-se à História Antiga Clássica, que compreende a civilização grega e romana e, por último, a oitava unidade caracteriza o colapso do Império Romano e o início da Idade Média.

Neste exemplar citado acima, constata-se que os autores trabalham de forma simples a questão do surgimento dos primeiros hominídeos no continente africano; entretanto, a análise restringe-se somente a este aspecto. Além dessa discrepância, mesmo o Egito, que se localiza na África, encontra-se à mercê de dúvidas, sendo relatada somente a sua localização geográfica, sem nenhuma informação adicional referente à cultura africana.

Por outro lado, o livro do sétimo ano (antiga 6ª série) é mais abrangente. O mesmo também é dividido em 8 unidades, começando pela formação da Europa feudal, seguido pelos mundos além da Europa, que reúne os povos árabes e os reinos da África; na terceira e quarta unidades aparecem as mudanças na Europa; já, na quinta unidade, os autores abarcam a Europa e a América, intitulando o encontro entre dois mundos; da sexta à oitava unidade, são abordados os espanhóis e ingleses na América e o nordeste colonial.

Muitas vezes, o conteúdo de História, em virtude da sua amplitude, precisa ser delimitado para que o professor consiga dar conta de tudo que possa ser relevante para o estudo da ciência histórica. Conforme discutido antes, existe uma unidade dedicada à África. Este exemplar da coleção abrange a questão da História da África, uma vez que o livro traz a África dos grandes reinos. Nela pode-se constatar que os autores trabalham a questão de como era a África antes da chegada dos europeus e, também, os reinos de Gana, tida como a “terra do ouro”, localizado no Deserto do Saara, sendo este reino o primeiro grande a se formar no



sul do deserto, e os reinos de iorubas: Ifé e Benin. Os autores, ainda, colocam em destaque o Império do Mali e algumas cidades que estão localizadas às margens do rio Níger, como Timbuctu, Gao e Djenne. Além desses aspectos, os autores abordam a África oriental, no momento em que trabalham a questão do reino cristão Aksum, hoje conhecido como a Etiópia. Nota-se, claramente, que o estudo sobre a história da África e sua cultura deveria ser estudado de forma mais ampla, de forma a abordar questões mais específicas como a vida dos africanos, como se organizavam, o que faziam, entre outros aspectos. Além disso, os autores abordam na última unidade do livro o tema *Escravidão e resistência*, descrevendo o modo como era feito o tráfico negreiro, abrangendo aspectos relacionados à captura dos negros na África, a travessia pelo Atlântico, a chegada e a venda dos mesmos na América como se fossem objetos. Todavia, no momento de abordagem da questão da violência que era realizada contra os escravos, o assunto é exposto apenas em dois parágrafos, identificando que a violência aplicada era para controlar e reprimir os escravos.

Quanto à temática da resistência dos escravos, este ponto é claro ao explicitar que as fugas aconteciam em decorrência dos maus tratos realizados pelo capitão do mato; nesse caso, a fuga é apontada como uma resistência em conjunto com a formação de quilombos. No entanto, esta é a única referência que o livro faz com relação à resistência escravista. Não menciona, por exemplo, as resistências individuais, como o aborto, o suicídio, o chamado “corpo mole” durante o trabalho, entre outros.

A convivência entre senhores e escravos, a sociedade miscigenada, o sincretismo religioso, são aspectos que também são abordados no respectivo livro. Entretanto, apesar do livro expressar a história da África e dos afro-brasileiros somente em pontos precisos, como o período do Brasil colonial, cabe aqui apontar que o estudo da cultura afro-brasileira é tão importante quanto o estudo de aspectos da história brasileira. Assim, é necessário ressaltar que a cultura africana se faz muito presente no Brasil, tendo em vista que a influência da mesma é percebida nos costumes do país como: na arte, na música, na religião, nas comidas, entre outros, e é devido a isso, que o Brasil é um país multicultural, diversificado, demonstrando que a sua cultura contém uma forte influência dos africanos, aspectos que, muitas vezes, não são explorados por autores de livros didáticos.

Continuando com a análise dos livros didáticos mencionados anteriormente, o exemplar do oitavo ano, logo na unidade dois expõe o seguinte título *Os escravos na*



mineração, sendo que neste ponto, o assunto é apresentado em curtos cinco parágrafos, identificando como a mão-de-obra escrava africana se tornou fundamental nas minas de extração aurífera. No que se refere à história da *Independência do Brasil e o Primeiro Reinado*, os tópicos são discutidos de forma bem ampla. Contudo, não há informações sobre os negros durante este período da história, a não ser pelo único aspecto tratado: o escravo de ganho e o escravo de aluguel. A temática da cultura afro-brasileira só é retomada em um momento posterior às atividades de aprendizagem, em uma parte do livro denominada pelos autores/historiadores como *Em foco*, nesta seção, os autores apresentam uma espécie de estudo monográfico em torno de diversos temas, tais como: guerras, revoluções, influência da mídia, meio-ambiente, educação, arte, questões pertinentes ao meio agrário, direitos humanos, dentre outras. Esta seção permite através de propostas e atividades diferenciadas que os educandos possam compreender a história e o processo de elaboração do conhecimento histórico por meio de fontes.

Na última unidade deste exemplar, os autores abarcam as questões relativas à Regência e ao Segundo Reinado. No que tange ao período regencial esta é clara e só expõe a situação dos negros no momento em que é abordada a Revolta dos Malês. Quanto ao governo de D. Pedro II, quando abrangem a Guerra do Paraguai, os autores evidenciam que a maior parte dos soldados era constituída de escravos e que, posteriormente ao término da guerra, os mesmos se mantiveram na mesma condição de antes, fato que gerou descontentamento por parte dos mesmos. Com relação à expansão cafeeira no Brasil, os africanos e seus descendentes só são citados na questão do uso da mão-de-obra, a qual em sua maioria era de origem africana.

Com relação à abolição do tráfico negreiro, os autores destacam a permanência da mão-de-obra escrava no país, principalmente no oeste paulista, local onde a lavoura cafeeira se expandia cada vez mais. Em 1931, foi aprovada a Lei Eusébio de Queiroz validando o tratado firmado entre Brasil e Inglaterra, que colocava fim ao tráfico negreiro; no entanto, a lei não foi seguida à risca e o tráfico de negros africanos para o Brasil continuou existindo. Neste ponto do livro, os autores trazem mais um capítulo inteiro dedicado à questão da abolição do tráfico negreiro.

Antes da República, a questão escravista no Brasil Imperial estava praticamente insustentável. Ao longo do governo de D. Pedro II, sucessivas ideias abolicionistas



começaram a surgir, pondo seu governo em risco. Assim, o respectivo livro possui uma unidade inteira que trata da questão da abolição no Brasil e, também, dos escravos no pós-abolição. Nesta direção, o texto trata aboradamente a situação do escravo liberto, dependendo da condição econômica de cada região. No entanto, os autores explicitam que a grande maioria continuou na condição de “escravo”, e que não foram dadas reais condições de sobrevivência aos negros na sociedade e, desse modo, muitos acabaram obrigados à submissão a trabalhos mais pesados e mal remunerados para que pudessem ter chances de sobrevivência.

Por fim, destaca-se que hoje em dia o livro ocupa posição destacada no processo de ensino-aprendizagem, tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio; porém, o estereótipo dos livros acontece de modo claro e acentuado, como as manifestações de racismo e preconceito com relação aos povos marginalizados ao longo da história do Brasil, outro ponto que se pode mencionar é a forma de como são contadas as histórias de negros, os quais são sempre desenhados como subalternos e malandros e, muitas vezes, o trabalho do professor reproduz exatamente os ideais da classe dominante, não expandindo a visão do aluno.

O Brasil é um país com uma diversidade cultural muito grande, formado a partir das heranças culturais trazidas pelos colonizadores europeus, indígenas que aqui habitavam e, também, dos africanos trazidos para serem utilizados como mão-de-obra; não obstante, essas três contribuições não são contempladas de maneira igual no livro didático. A forma de abordagem e os conteúdos nos livros didáticos apresentam uma visão eurocêntrica da cultura no Brasil, perpetuando-se ainda mais os estereótipos e preconceitos em relação às culturas afro-brasileiras e indígenas.

Alguns pontos afirmam que o negro é evidenciado de forma estereotipada, por isso o educador deve analisar com muita cautela os livros didáticos que irão ser trabalhados em sala de aula. Ainda hoje está implícita a questão do preconceito, por mais que as leis que obrigam o estudo das culturas africanas e indígenas estejam vigorando no Brasil. A lei 10.639/03 objetiva transformar este quadro, porém é necessário um trabalho amplo junto aos professores a fim de atualizar os recursos que possam auxiliar na explicação acerca da temática afro e indígena e para que isso aconteça de forma adequada, conforme aponta Bittencourt:

As mudanças tem sido importantes para fazer com que os alunos passem da análise, observação e descrição do documento para uma fase em que este sirva para introduzi-lo no método histórico. Outro aspecto a destacar é que



tais mudanças podem levar à superação da compreensão do documento real, para entendê-lo como documento figurado, como ponto de partida do fazer histórico na sala de aula. (BITTENCOURT, 2010, p. 62)

Neste sentido, cabe ao professor identificar que o livro didático é um aliado e não um inimigo ou o detentor de todo o saber histórico e, a partir destas considerações, construir uma sociedade que se interesse pelo fim do preconceito, que valorize o trabalho e a diferença étnico-racial, como elemento positivo na constituição cidadã. Assim, desconstruir ou até mesmo reconstruir a imagem do negro na sociedade brasileira, pois a grande maioria dos livros didáticos não aborda o negro durante a República e, até mesmo, na ditadura.

O ensino de História sofreu mudanças a partir de 1997, por meio da instituição dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), elaborados para orientar os professores inseridos na rede às peculiaridades regionais e culturais do Brasil. Parafraseando Souza, os discentes através dos Parâmetros, são levados a compreender e a posicionar-se de modo crítico e construtivo enquanto cidadão político social, devendo identificar, reconhecer e caracterizar a diversidade social e cultural do Brasil, além de se posicionarem contra as discriminações independentemente de qual estrato elas sejam provenientes.

Considerações finais

A lei 10.639/03 objetiva a promoção de uma educação que reconheça e valorize a diversidade cultural, de modo comprometido com as origens do povo brasileiro, visando acabar com a discriminação racial não somente nos livros didáticos mas, também, ambiente escolar, de modo a contribuir para o florescimento de uma sociedade mais justa e igualitária. Com o intuito de verificar a forma como a lei 10.639/03 está sendo abordada nos livros didáticos, pode-se concluir que a referida lei vem para complementar a abordagem de temas como estes, que de maneira geral, sempre foram vistos como uma minoria excluída e atingida com preconceito.

Cabe mencionar, ainda, que o governo criou a lei, mas não oferece subsídios suficientes para a preparação específica sobre o assunto, já que os livros distribuídos pelo governo, como foi visto anteriormente, não contemplam a temática em profundidade, trazendo-a de forma superficial e em conteúdos específicos como o fim da escravidão, a semana de consciência negra e em momentos pontuais da história do Brasil.



Diante do que foi exposto, a coleção analisada oferece apenas alguns subsídios aos docentes para a investigação histórica com os discentes. Vale lembrar, ainda, que mesmo abarcando tão pouco a história da África, o livro didático, segundo o Ministério da Educação, é um dos instrumentos que serve como apoio ao trabalho docente. Dentro desta perspectiva, o educador necessita buscar materiais extras sempre que considerar necessário de modo a suprir as possíveis lacunas que possam estar presentes nos livros didáticos.

Referências

- BITTENCOURT, Circe. **O saber histórico em sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2010.
- CORREA, Silvio M. de Souza. **O negro e a historiografia brasileira**. Revista *Ágora*, Santa Cruz do Sul, n. 1, 2000.
- CUTI. **Literatura Negro-brasileira**. São Paulo: Selo Negro, 2010.
- CHARTIER, Roger (Org.). **Práticas de Leitura**. Trad. Cristiane Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.
- CHOPPIN, Alain. **O manual escolar: Uma falsa evidência histórica**. Tradução: Maria Helena C. Bastos. Revista *História da Educação*, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 13, n. 27 p. 9-75, Jan/Abr 2009.
- _____. **História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.3, p. 549-566, set./dez. 2004. Disponível em: http://www.scielo.com.br/scielo.php?pid=S1517-97022004000300012&script=sci_arttext
- HUNT, Lynn. Apresentação: história, cultura e texto. In: _____. **A Nova História Cultural**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- MASSETTO, Marcos T.. Didática: **A aula como centro**. São Paulo: FTD, 1997.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Introdução Geral. **Guia de livros didáticos de 1ª a 4ª séries – PNLD/2004**. Brasília: Ministério da Educação, 2003. p. 9-29.
- MUNANGA, Kabengele. (Org.) **Superando o Racismo na escola**. [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.
- NADAI, Elza. O ensino de História e a “pedagogia do cidadão”. In. PINSKY, Jaime (Org.). **O ensino de história e a criação do fato**. São Paulo: Contexto, 1997.
- SILVA, Ana Célia. **A discriminação do negro no livro didático**. Salvador: Centro Editorial e Didático, 1995.
- SANTIAGO, Anna Rosa Fontella. Políticas educacionais e reformas no ensino. In. ZARTH, Paulo Afonso; GERHARDT, Marcos; CORSETTI, Berenice; CAIMI, Flávia Eloisa (Orgs.). **Ensino de história e educação**. Ijuí: Ed. UNIJUI, 2004.

Recebido em Julho de 2013
Aprovado em Agosto de 2013